



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1008803-13.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Valdete Pereira Macedo**  
 Requerido: **Marcos Antonio Pereira Macedo**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos

1 Trata-se de pedido de expedição de alvará para levantamento de saldo referente ao FGTS do falecido filho, Marcos Antonio Pereira Macedo. A ação foi proposta por Valdete Pereira Macedo, sua mãe. O falecido era solteiro, não deixou bens e não tinha filhos.

2 Concedo os benefícios da justiça gratuita à parte requerente. **Anote-se.**

3 Nos termos da Lei nº 6.858/1980, artigo 1º, serão pagos em quotas iguais aos dependentes habilitados perante a previdência social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento, mediante alvará judicial, os montantes das contas individuais do FGTS não recebidos em vida.

4 No caso dos autos, não há dependentes habilitados perante a previdência social (fls. 10). A autora comprovou a condição de única herdeira do falecido, conforme certidões de nascimentos juntadas às fls. 07/08, bem como os documentos de fls. 04/05.

5 Assim, acolho o pedido, **AUTORIZANDO** o levantamento do saldo referente as contas do FGTS, a que fazia jus o seu falecido filho. Julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora - observada à concessão dos benefícios da gratuidade - e sem condenação em honorários de sucumbência em razão do caráter voluntário da ação.

6 Expeça-se o alvará necessário, preenchendo todos os requisitos legais e formais, autorizando à requerente a levantar o saldo do FGTS a que fazia jus o falecido, depositado na Caixa Econômica Federal, consoante os dados contidos no documento de fls. 09.

7 Ausente qualquer interesse recursal (art. 1000 do CPC), **fica anotado o trânsito em julgado** na data da prolação desta sentença, **dispensando-se o Cartório de emitir certidão.**

8 Cumprida a determinação, archive-se.

**P.I.C.**

São Carlos, 24 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**1008803-13.2017.8.26.0566 - lauda 1**